

## Editorial

Economia - Brasil

A hora é de  
"tocar obras"

Não vemos conflitantes dois cenários distintos que se colocam na perspectiva do nosso futuro, o da administração da crise econômica e o da retomada do desenvolvimento interno. É um falso dilema a mútua rejeição desses objetivos. Vejamos, em um e outro, os seus pontos de coincidência e complementaridade.

A crise econômica brasileira, por diversos que sejam seus vetores, é em substância uma crise de comércio, no sentido de que só pela via do comércio, ou seja, da obtenção de expressivos superávits comerciais, será ela revertida. Não há uma segunda estratégia. Tudo o mais que se fizer, como se está tentando fazer, visa apenas a administrar a crise, impedir sua explosão, mas não a resolvê-la. O Brasil continuará em crise, cada vez mais intensa, até que o comércio externo lhe proporcione estoques líquidos de divisas em volume correspondente à demanda do balanço de pagamentos.

Foi a necessidade compulsiva de realizar superávits comerciais, pela via errada, que levou o país a recessão. Contraiu-se brutalmente as importações, por não se ter conseguido expandir as exportações, sem se dar conta de que o sistema produtivo brasileiro sobrevive às expensas de insumos importados, tecnológicos e físicos. Há três anos vivemos intensa recessão sem que ela tenha podido, sequer suavemente, reduzir a pressão das contas externas. Ao contrário, agravou-as. A redução da produção interna conduziu a outra anomalia, esta retroalimentadora da crise, o estímulo à exportação através do subsídio cambial. Artificio que não se informa nas leis naturais da economia, mas as deforma.

A estratégia utilizada, a da recessão, não se prestou, portanto, ao objetivo e criou outros vetores de crise, como desemprego, inflação, instabilidade política e insatisfação geral. Demonstrada, como está claro em qualquer análise não obscurecida por objetivos de outra ordem, que a contração das importações é estratégia incorreta, resta-nos, positivamente, em proveito da obtenção de superávits comerciais, promover a expansão das exportações.

O subsídio cambial, recurso de que o governo lançou mão para forçar as portas do mercado externo, deixa óbvio que o nosso problema comercial é um problema de preço, ou seja, os custos internos retiram-nos a competitividade internacional. A economia e o senso comum ensinam que, na formação de custos, a escala de produção é vigorosamente determinante. Os custos por unidade produzida crescem proporcionalmente ao decréscimo do volume físico da produção. Ora, a contração das importações acirrou a disputa no mercado de insumos, agravando os custos por esse lado, e reduziu a produção global, obrigando o sis-

tema produtivo a realizar sua rentabilidade às expensas de menor número de unidades produzidas. Sobreveio, como era inevitável, a exclusão da competitividade e depois dela o subsídio cambial interno. O subsídio através da desvalorização da moeda nacional beneficia o exportador no primeiro momento, mas o penaliza em seguida porque onera os seus custos de produção.

A expansão das exportações só é viável, portanto, através de dois mecanismos concomitantes, o restabelecimento de uma economia de escala, que possibilite preços competitivos, e a ênfase interna no desenvolvimento de setores mais intensivos de mão-de-obra e menos intensivos de capital, uma vez que este fator é mais abundante nos países grandes importadores. Exemplos: produtos alimentícios e produtos minerais, transformados ou não, e ainda o setor «serviço», notadamente de engenharia, área na qual o Brasil adquiriu expressiva notoriedade. Feita esta opção, a única que a realidade e a história recente nos sugerem, temos que a retomada do desenvolvimento interno será obtida e estará a serviço da resolução de nossa crise externa. Provavelmente, no primeiro estágio, teremos maior inflação, mas não a tivemos menor com recessão. A inflação é melhor, incomparavelmente melhor, do que a estagflação.

A mais estimulante perspectiva do nosso futuro é a da conciliação entre a administração da crise econômica e a retomada do desenvolvimento interno. Mesmo que o agravamento da crise nos conduza à moratória, unilateral ou negociada, ainda assim não se altera o cenário do futuro. A dívida não desaparece com a moratória, apenas é prorrogada. A necessidade de superávits comerciais persistirá e, com ela, a exigência de reativação do sistema produtivo.

A lógica equação que a realidade nos apresenta torna nítido o perfil ideal do próximo governo. Inversamente ao que um raciocínio simples poderia sugerir, deverá ser ele um governo «tocador de obras». O país não resiste a mais recessão. Insistir nela é submeter esta geração à perspectiva do desastre econômico, social e político.

Tocar obras a partir de uma lúcida visão da crise econômica e também com a exata dimensão das exigências sociais que o momento coloca é a ansiedade nacional. Ansiedade dos trabalhadores que precisam de emprego e salário, dos empresários que precisam recolocar em pleno funcionamento seus parques de produção e realizar lucro, do sistema financeiro que necessita de uma economia produtiva que lhe dê garantia e também legitimidade e, afinal, do governo que precisa de paz social para se manter funcionando. Um governo «tocador de obras», agora ou daqui a dois anos, é tudo o que a Nação, asfixiada, pede e espera.